

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.460 - SP (2019/0352323-2)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
REQUERENTE : MAURO KFOURI
REQUERENTE : SANDRA MARIA KFOURI
ADVOGADO : RODRIGO RODRIGUES DE CASTRO - SP231812
REQUERIDO : IRENE SCHUNCK ALFERES
ADVOGADOS : EDSON GIUSTI - SP013895
CARLOS GUILHERME RODRIGUES SOLANO E OUTRO(S) -
SP154420

EMENTA

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL PENDENTE DE INTERPOSIÇÃO. INCOMPETÊNCIA DO STJ.

1. O Superior Tribunal de Justiça não detém competência jurisdicional para apreciar pedido de tutela provisória referente a recurso especial sequer interposto, especialmente quando pendente o julgamento dos embargos de declaração opostos perante o Tribunal de origem, consoante a regra do art. 1.029, § 5º, III, do Código de Processo Civil.

2. PEDIDO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de pedido de tutela provisória de urgência incidental formulado por MAURO KFOURI e SANDRA MARIA KFOURI visando à suspensão do acórdão que julgou improcedente ação rescisória.

O acórdão recebeu a seguinte ementa (e-STJ Fl. 1.004):

Ação Rescisória. Pretensão de desconstituição de acórdão de Apelação, com fundamento no art. 966, V, do CPC. Inépcia da inicial Os fatos foram descritos com precisão, possibilitando o contraditório. Pedido de revogação da justiça gratuita concedida aos autores. Indeferimento. Questões trazidas aos autos que era de conhecimento quando do deferimento da benesse. Preliminar de ilegitimidade de parte afastada. Questão já decidida pelo Superior Tribunal de Justiça em Recurso Especial. Indeferimento dos benefícios da justiça gratuita aos réus. Documentos juntados que não comprovaram a atual situação financeira dos mesmos. Pedido de exibição

compulsória de documentos pela ré. Desnecessário o deferimento da medida. Documentos inexistentes. A própria ré já teria providenciado a juntada se referidos documentos existissem. Litisconsórcio passivo. Inexistente. As provas dos autos demonstram que os autores tinham conhecimento da ação de rescisão contratual movida pela ré em face de Heraldo da Silva Passos e Gladys Kfoury da Silva Passos. Ônus sucumbencial a cargo dos autores, com honorários arbitrados em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para o advogado de cada um dos réus (art. 85, §§2º e 8º, CPC), observada a gratuidade concedida. Decisão mantida. AÇÃO IMPROCEDENTE.

Na presente petição, os requerentes sustentam, em síntese, que (a) em casos excepcionais, quando verificada situação de manifesta ilegalidade, teratologia, ou ainda, contrariedade à jurisprudência, presentes a probabilidade de provimento da pretensão recursal e a possibilidade de risco de dano grave, o STJ possui competência para examinar o pedido de tutela provisória, ainda que sequer interposto o recurso especial; e (b) *"é absurda a situação imposta aos requerentes que tem contra eles a iminência de um mandado de reintegração de posse, decisão injusta e ilegal, tolhendo-se absolutamente o direito à moradia e a dignidade da pessoa humana"*.

É o relatório.

Passo a decidir.

O pedido não comporta conhecimento.

Nos termos do art. 1.029, § 5º, III, do CPC, o pedido de efeito suspensivo a recurso especial somente pode ser formulado perante esta Corte após a publicação da decisão de admissibilidade do recurso.

No caso concreto, em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e consoante confessado pelos próprios requerentes, não houve a interposição do recurso especial ao qual se pretende conferir efeito suspensivo.

Na realidade, sequer houve o esgotamento das instâncias ordinárias, uma vez que se encontram pendentes de julgamento os embargos de declaração opostos pelos próprios requerentes.

Em tais circunstâncias, compete à origem a apreciação do presente pedido, que lá deverá ser formulado previamente.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR. AGRAVO REGIMENTAL. CONTRA INDEFERIMENTO LIMINAR DA CAUTELAR. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO AINDA NÃO INTERPOSTO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE ACÓRDÃO RECORRÍVEL NA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. PRETENSÃO INADMISSÍVEL NO STJ. ADEQUADA DEDUÇÃO DO PEDIDO NA ORIGEM.

1. Esta Corte Superior não detém competência para atribuir efeito suspensivo a recurso especial ainda não interposto, máxime quando nem sequer prolatado, na instância de origem, o acórdão hipoteticamente impugnável.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg na MC 24.094/PE, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 12/05/2015, DJe 19/05/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR. EFEITO SUSPENSIVO A ACÓRDÃO PROFERIDO PELO TRIBUNAL A QUO. INCOMPETÊNCIA DO STJ. RECURSO ESPECIAL AINDA NÃO INTERPOSTO. MEDIDA CAUTELAR INDEFERIDA LIMINARMENTE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Conforme asseverado na decisão agravada, a medida cautelar requerida não deve ser direcionada ao STJ, pois, ainda, não detém competência jurisdicional para apreciação do pedido, considerando que não houve interposição de recurso especial. Acrescente-se que estão pendentes embargos de declaração perante o Tribunal a quo.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg na MC 23.516/SP, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 15/12/2014)

AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. PRETENSÃO DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A APELAÇÃO. COMPETÊNCIA DO DESEMBARGADOR RELATOR DO TRIBUNAL AO QUAL É DIRIGIDO O RECURSO. COMPETÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR AINDA NÃO INAUGURADA. JURISDIÇÃO ORDINÁRIA NÃO EXAURIDA. INEXISTÊNCIA DE RECURSO ESPECIAL A AMPARAR A

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DESTA INSTÂNCIA EXTRAORDINÁRIA. MANIFESTO DESCABIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA REQUERIDA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Nos termos do art. 1.012, § 3º, do CPC/2015, a competência para analisar o pedido de concessão de efeito suspensivo a apelação é do Desembargador relator do Tribunal ao qual é dirigido o recurso.

2. Consoante a jurisprudência desta Corte Superior, para que se inaugure esta via extraordinária, é imprescindível o exaurimento da jurisdição ordinária e a existência de meio processual hábil a essa finalidade, sobretudo o recurso especial, ainda que pendente do juízo de admissibilidade de competência do Tribunal de origem. Embora se admita a flexibilização dessa regra, tal não ocorre na espécie.

3. Na hipótese em estudo, como nem sequer foi julgada a apelação e, conseqüentemente, não foi esgotada a jurisdição do Tribunal a quo - imprescindível ao manuseio do recurso especial (que também não foi interposto), consoante o disposto no art. 105, III, da Constituição Federal -, não se cogita da análise da sustentada ilegalidade por esta Corte, ante a pretensão, per saltum, de abertura desta instância superior.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt na Pet 12.339/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/06/2019, DJe 25/06/2019, g.n.)

Assim, mostra-se incabível o pedido de tutela de urgência perante esta Corte.

Ante o exposto, não conheço do pedido.

Advirto que a apresentação de incidentes protelatórios poderá dar azo à aplicação de multa.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator